

Polícia parada, festa de ladrão

A greve dos agentes da Polícia Civil já dura 21 dias e não há perspectiva de fim do movimento. Enquanto sindicalistas e governo não se entendem, a população do Distrito Federal sofre com a paralisação de serviços essenciais.

Apenas 30% da categoria está trabalhando. Somente as prisões em flagrante e as ocorrências de maior gravidade, como estupros e homicídios, estão sendo registradas nas delegacias.

O resultado dessa medida é revoltante para quem recorre à polícia. Na prática, até as ocorrências graves estão ficando sem solução. Embora cheguem a ser registradas, se não forem solucionadas de imediato pelos policiais de plantão, elas são arquivadas.

Para amenizar os efeitos da paralisação, a Polícia Militar passou a registrar as ocorrências de menor gravidade em seus batalhões, nas cidades. Ao final da greve, as ocorrências serão enviadas para as respectivas delegacias, que têm a competência legal de investigar.

Enquanto os policiais não voltam, as vítimas de crimes contra o patrimônio são as mais prejudicadas com a greve. A aposentada Mariza Lucas, 57 anos, esteve na 12ª Delegacia de Polícia (Taguatinga Centro). Ela queria notícias sobre a camionete D20 de seu marido, Posidônio Souza. O veículo foi furtado há 15 dias no estacionamento do Centro Empresarial Varig, na Asa Norte. Depois de constatar o furto, Posidônio esteve em duas delegacias para registrar ocorrência, mas não foi atendido. Conseguiu prestar queixa no batalhão da PM, no Cruzeiro.

Moradora de Samambaia, Sirlene dos Santos, 37 anos, passou pela mesma dificuldade para registrar o extravio de uma folha de cheque no valor de R\$ 1,5 mil. "Não sou contra a greve, mas acho que ela tem que ter um limite", opina Sirlene.

Os policiais civis decidem hoje em assembléia em frente ao Palácio do Buriti os rumos da greve.